

Reflexões sobre a formação do Ensino Médio Técnico em Agroecologia no MST

Resumo

Os processos de formação têm correspondido a uma das principais estratégias para a difusão da agroecologia como solução para a pequena produção rural, incluindo os assentamentos de reforma agrária. Desde o final da década de 1990 o MST tem optado por essa estratégia, vislumbrando a possibilidade de difundir a agroecologia a sua base. Neste texto, apresentamos nossa pesquisa sobre o Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia, turma de Ribeirão Preto/SP, realizado no período de 2008 a 2010, organizado pelo MST em parceria com a UNICAMP e o INCRA, via PRONERA. Esse curso objetivou tanto propiciar o acesso à escolarização do ensino médio quanto contribuir para a construção de um novo modelo de agricultura para o campo. Concluímos que a agroecologia é possível para a produção nos assentamentos e objeto de processos educativos, desde que esteja inserida numa proposta formativa que avance para a relação entre trabalho e educação, o que pressupõe condições materiais concretas nos assentamentos e que, enquanto especificidade, esteja inserida numa estratégia maior, correspondendo também a um ensaio para o novo, na perspectiva de contribuir para a transformação da realidade.

Palavras-chave: Ensino Médio. Agroecologia. MST. Trabalho e Educação.

Thelmely Torres Rego
thelmelytorres9@gmail.com

Introdução

Os processos de formação têm correspondido a uma das principais estratégias para a difusão da agroecologia como solução para a pequena produção rural e para os assentamentos da reforma agrária no Brasil. Isso tem se dado desde os anos de 1980 visando à formação de agricultores, lideranças comunitárias, profissionais de ONGs ou de outras instituições e estudantes dos cursos de Ciências Agrárias, entre outros, por meio de cursos, oficinas, congressos, redes, dias de campo, materiais didáticos. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem optado por esta estratégia desde a segunda metade da década de 1990, encontrando nos processos formativos a possibilidade de difundir a agroecologia para os assentados, através de cursos formais, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e informais, bem como pela elaboração de materiais didáticos.

Este texto propõe uma reflexão sobre essa realidade, buscando relacionar o trabalho e a educação a partir da experiência do Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia realizado em Ribeirão Preto/SP, que objetivou tanto propiciar o acesso à escolarização do ensino médio quanto contribuir para a construção de um novo modelo de agricultura para o campo por meio da formação técnica em agroecologia. Para tanto, num primeiro momento, busca apreender a gênese do movimento agroecológico no Brasil e, em seguida, apresenta dados da pesquisa realizada sobre o referido curso, apontando alguns pontos para análise e debate.

Gênese da agroecologia no Brasil: breve síntese

A década de 1980 correspondeu à década da redemocratização do Brasil em meio a um conjunto de mobilizações sociais, incluindo os conflitos pela terra como consequência da *modernização conservadora* (Graziano da Silva, 1982). Tanto o Projeto Tecnologia Alternativa vinculado à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE (PTA-FASE) na década de 1980, que daria origem à Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas (Rede PTA) no final dessa década e contribuiria para a constituição da Articulação Nacional para a Agroecologia (ANA) nos anos 2000, como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) terão sua origem nesse período. Enquanto o MST iniciava uma luta pela terra levantando a bandeira da reforma agrária, o PTA FASE, em função da difícil realidade dos pequenos agricultores, sobretudo para a organização e comercialização da produção, que os impulsionava a deixar o campo, iniciava a busca por encontrar alternativas de produção viáveis à pequena produção, em oposição ao modelo da Revolução Verde (Luzzi, 2007). Esse movimento da agricultura alternativa constituiu a base do conhecimento agroecológico no Brasil (Luzzi, 2007; Canavesi, 2011), em especial por intermédio do PTA/FASE, a partir da tradução e publicação em 1989 do livro *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa* organizado por Miguel Altieri¹.

O MST só veio a adotar a agroecologia a partir do final da década de 1990, quando passou a encontrar dificuldades na consolidação dos assentamentos provenientes da luta pela reforma agrária. A problemática da produção nos assentamentos culminou, a partir de 1995, na chamada crise das cooperativas que tendia a se agravar com a intensificação do capitalismo no campo brasileiro (Delgado, 2005), levando o MST a debater e avaliar a estratégia de organização da produção em cooperativas bem como o sistema de crédito. Segundo Dalmagro (2010), essa crise que o MST passou a enfrentar a partir dos anos de 1995 estava relacionada, externamente, à adoção do projeto neoliberal que inviabilizou qualquer política agrícola, afetando as condições internas do Movimento; internamente, os assentados sofriam as conseqüências da adoção do modelo da agricultura convencional que resultou na perda gradual de sua capacidade de reprodução social. Ainda conforme Dalmagro (2010), o MST se deparava com a falência de algumas cooperativas e muitos assentamentos se encontravam em condições econômicas e sociais difíceis. Correa (2007) acrescenta a falta de assistência técnica, o fim dos créditos que possibilitavam a aquisição dos insumos e também o endividamento, resultando numa situação precária e de desagregação social das famílias, além também do desmantelamento das associações e cooperativas. Além de seu próprio contexto interno e externo, outros fatores influenciaram a incorporação da agroecologia pelo MST, como o próprio movimento da agroecologia protagonizado pelas ONGs, os projetos de

¹ Publicado originalmente nos Estados Unidos da América em 1983.

assistência técnica² que propiciavam a contratação de técnicos e profissionais cuja formação fora influenciada pelo movimento da agricultura alternativa (Canavesi, 2011; Correa, 2007), o debate sobre o desenvolvimento sustentável a partir dos anos de 1990, inclusive com o Brasil sediando em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), e por sua integração à Via Campesina³ (Canavesi, 2011), constituída em 1993, que já defendia uma agricultura sustentável, em oposição ao agronegócio.

É nesse contexto que o debate sobre a agroecologia entra na pauta do MST, na busca por um modelo de produção agrícola alternativo ao modelo agroindustrial que pudesse ser desenvolvido com menos recursos financeiros e, ao mesmo tempo, que pudesse contribuir com a qualidade de vida dos assentados (Correa, 2007). Canavesi (2011) também partilha dessa análise em que o MST passou a “rever a matriz tecnológica dos assentamentos” (p. 156) a partir dessa crise pós 1995.

A concepção de agroecologia que orienta tanto as ONGs da ANA quanto o MST é aquela definida por Altieri (2008) como “uma nova e dinâmica ciência”, integrando “princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos”, tendo os “agroecossistemas como unidade de estudo”, considerando o “conhecimento e a técnica dos agricultores” para “desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos”, tendo por objetivo maior estudar e tratar ecossistemas quer produtivo quer para preservação ambiental, desde que “culturalmente sensíveis, socialmente justos, economicamente viáveis” (p. 21; 23).

Embora o uso do termo agroecologia seja mais comum a partir dos anos de 1970, Hecht (1999) mostra que a agroecologia não corresponde a uma novidade dessa década,

² Projeto Lumiar, desenvolvido no período de 1997 a 2000, correspondeu a um projeto de assistência técnica para os assentamentos de reforma agrária.

³ A Via Campesina, fundada em 1993 na Bélgica, é um movimento internacional que reúne camponeses, pequenos e médios agricultores, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Tem por objetivo, entre outros, promover relações econômicas de igualdade e de justiça social, com a preservação da terra, com a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. Alguns de seus principais temas e campanhas são: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar e comércio, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável e migração de trabalhadores rurais. Disponível em <http://viacampesina.org/sp>.

senão seu ressurgimento, considerando que, enquanto ciência e prática, é tão antiga quanto à própria origem da agricultura. Ainda segundo a autora, esse ressurgimento da agroecologia na década de 1970 está relacionado aos impactos causados pela Revolução Verde. Esse modelo de modernização da agricultura, a despeito de justificar-se pela necessidade de acabar com a pobreza e a fome no mundo, passou a ser questionado e compreendido como insustentável por fundamentar-se apenas na produção e na produtividade. No seio dessa crítica iniciada pelo Movimento Ambientalista, a agroecologia, enquanto ciência interdisciplinar ganhou corpo, incorporando críticas ecológicas, tecnológicas e sociais, e levando à conclusão de que era preciso construir outras estratégias para o desenvolvimento rural (Hecht, 1999).

No Brasil, a evolução do pensamento agroecológico parte também de uma crítica a esse modelo de desenvolvimento imposto ao campo nos anos de 1960 e 1970, mediante a importação dos pacotes tecnológicos sob o discurso capitalista da modernização do campo. Os resultados foram desde o aumento da dívida externa do país e de sua dependência aos países capitalistas centrais, como também da dependência dos agricultores aos pacotes tecnológicos, seu conseqüente endividamento, perda das terras e migração para as cidades. Em função dessa situação no campo brasileiro, somada ao final da ditadura militar e às muitas manifestações sociais na década de 1980, intensificou-se o debate sobre outro modelo para o campo, em especial para os pequenos agricultores.

A compreensão que permeia esse movimento agroecológico no Brasil é de que a agroecologia, como parte de um projeto de desenvolvimento social, econômico, ambiental, focado nos locais ou regiões, considerando a influência na elaboração de políticas públicas, pode fortalecer a agricultura familiar. O fortalecimento da agricultura familiar é entendido como base social para o desenvolvimento da agroecologia em sua plenitude, pois a produção familiar é considerada como fundamental para a conservação/preservação ambiental, para propiciar melhores condições socioeconômicas para os sujeitos do campo, e mesmo para resolver problemas da magnitude da fome no planeta. Segundo Luzzi (2007), a partir de documentos da própria ANA, a agroecologia é entendida “como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar e como parte

de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira” contrapondo-se, assim, “ao modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente excludente que tem predominado no Brasil nos últimos 50 anos, baseado na chamada Revolução Verde, e que no momento atual vem se expressando politicamente no agronegócio” (p. 74).

Formação em Agroecologia: Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia

A partir dos anos 2000, as ações relacionadas aos processos educacionais foram as mais estimuladas pelo MST como meio para disseminar a agroecologia a sua base. Na Proposta de Reforma Agrária Popular do MST, de 2007, diz a terceira diretriz: “Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude em todas as regiões do país” (MST, 2010, p. 43).

O Curso Integrado Médio Técnico de Agroecologia que pesquisamos foi realizado entre 2007 e 2010 e correspondeu ao primeiro curso em agroecologia e o primeiro via o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), organizado pelo MST no estado de São Paulo em parceria com a Universidade de Campinas (UNICAMP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nossa pesquisa se deu com a turma do Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara em Ribeirão Preto⁴, que iniciou o curso no início de 2008 concluindo ao final de 2010.

Esse Curso respondeu a referida diretriz do MST para superar os problemas de produção nos assentamentos a partir de outro modelo produtivo. Objetivou tanto propiciar o acesso à escolarização de nível médio quanto contribuir para a construção de um novo modelo de agricultura para o campo. Em relação a esse segundo objetivo, apresentou como justificativa o desequilíbrio ambiental e a necessidade de conciliar a melhoria de renda das famílias e de suas organizações sociais através do aumento da produtividade com a sustentabilidade ambiental dos sistemas de produção.

⁴ O curso foi dividido em três turmas e realizado em três localidades diferentes: no Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza em Itaberá, em uma unidade do Centro Estadual de Educação Paula Souza em Presidente Prudente (turma do Pontal do Paranapanema) e no Centro de Formação Socioagrícola Dom Hélder Câmara em Ribeirão Preto.

O Curso foi organizado conforme o método pedagógico da alternância⁵, realizado em 6 etapas, perfazendo um total de 2.244 horas de tempo escola e 956 horas de tempo comunidade, correspondendo a uma carga horária total de 3.200 horas. Nossa amostra compreendeu 33 alunos (18 homens e 15 mulheres), com média de idade de 15 anos quando iniciaram o curso e 18 anos ao seu término, 2 educadores das disciplinas referentes ao ensino técnico, 2 lideranças do MST (representando os Setores de Formação, Educação e Produção) e 5 representantes da Coordenação Político-Pedagógica (CPP), todos militantes do MST. Em relação à pesquisa de campo, aplicamos dois questionários aos alunos⁶; entrevistamos 6 alunos (representando o maior número possível de regionais⁷ do MST em São Paulo), 2 lideranças do MST (representando os Setores de Formação, Educação e Produção) e 2 educadores de disciplinas do ensino técnico; realizamos uma discussão de grupo com os 5 representantes da CPP; além de pesquisa documental.

Os assentamentos de São Paulo estavam organizados pelo MST em dois eixos: o eixo metropolitano, do qual faziam parte as regionais de Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba, Grande São Paulo e Vale do Paraíba, de onde provinham 16 alunos do Curso, representando um total de 7 assentamentos⁸; e o eixo do campo que compunha as

⁵ A Pedagogia da Alternância teve sua origem na França em 1935 sendo trazida para o Brasil em 1969, a partir da organização de pequenos agricultores articulados em torno do Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES), um movimento que atuava a favor da permanência do agricultor no campo. O método pedagógico da alternância visa fortalecer a relação teoria/prática a partir da alternância de períodos de formação na escola, que é o chamado tempo escola, e períodos de práticas, experiências e pesquisas no ambiente de origem, que corresponde ao chamado tempo comunidade.

⁶ O primeiro questionário objetivou caracterizar os alunos e suas famílias em relação a estudo, trabalho e residência, propiciando a compreensão sobre como se dava a produção da vida desses alunos e suas famílias, especificamente em relação ao local de trabalho (campo e cidade) e à possibilidade de produzir a vida apenas da produção agrícola. O segundo questionário teve a finalidade de aprofundar algumas informações sobre a produção da vida dos alunos e suas famílias, bem como caracterizar os assentamentos em que estavam inseridos, considerando a agroecologia e a relação entre campo e cidade. Esse questionário também permitiu identificar, além das expectativas, a relação estabelecida entre os alunos e a formação técnico-profissional em agroecologia.

⁷ O MST no estado de São Paulo estava organizado em 10 regionais: Andradina, Pontal do Paranapanema, Promissão, Iaras, Itapeva, Ribeirão Preto, Campinas, Sorocaba, Grande São Paulo e Vale do Paraíba.

⁸ Um desses assentamentos situa-se em São Carlos e está vinculado à Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). Em São Carlos não havia regional do MST.

regionais de Itapeva, Iaras, Promissão, Pontal do Paranapanema e Andradina, com 17 alunos provenientes de um total de 10 assentamentos.

Em relação à produção no eixo metropolitano, considerando os assentamentos e os próprios lotes dos alunos, 31% dos estudantes afirmaram não ter produção agroecológica, 37% responderam que há uma produção parcialmente agroecológica, 25% que tem produção agroecológica e 7% não responderam a questão.

Para o eixo do campo, em relação à produção nos assentamentos, 35% dos alunos responderam que não têm produção agroecológica, 47% afirmaram que se trata de produção parcialmente agroecológica, 6% que possuem produção agroecológica enquanto 12% não responderam a questão. Considerando seus próprios lotes, 35% dos alunos responderam que não têm produção agroecológica, 53% afirmaram que essa produção é parcialmente agroecológica e 12% não responderam a questão.

A produção parcial correspondia ao fato de uma parte da produção ser agroecológica e outra não. Do ponto de vista das Ciências Agrárias e Biológicas, a questão é se é possível ter produção agroecológica parcialmente. Talvez o conceito de transição agroecológica possa melhor exprimir essa situação em que uma determinada área agrícola está mudando sua forma de produção. No entanto, conforme depoimento de um educador do curso, essa identificação com a agroecologia se dá mais pela precariedade do que pela opção ou possibilidade concreta de desenvolvê-la. Não ter recursos para comprar insumos e por isso não aplicar agrotóxicos ou adubos químicos não significa produzir agroecologicamente.

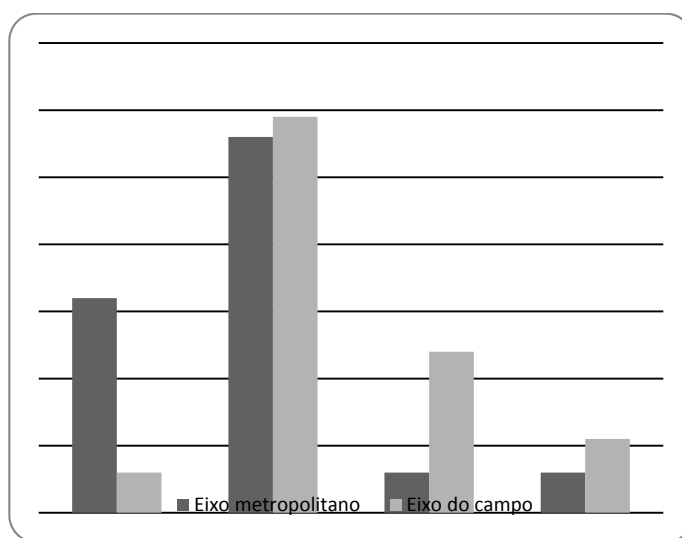
Os assentamentos do eixo do campo e também os mais antigos do eixo metropolitano não foram constituídos como agroecológicos. Portanto, a agroecologia não era a realidade desses assentamentos em que residiam os alunos. Seus pais praticamente não trabalhavam com agroecologia e organizavam a produção pautados em um produto principal para comercialização.

Entretanto, a despeito das informações fornecidas pelos próprios estudantes, embora não seja a realidade nem do eixo metropolitano nem do eixo do campo, para 81%

e 82% dos alunos, respectivamente, a produção agroecológica é uma opção para a sustentabilidade dos assentamentos, considerando os aspectos ambiental, econômico, a autonomia do produtor, a qualidade da produção e de vida, conforme indicaram nos questionários.

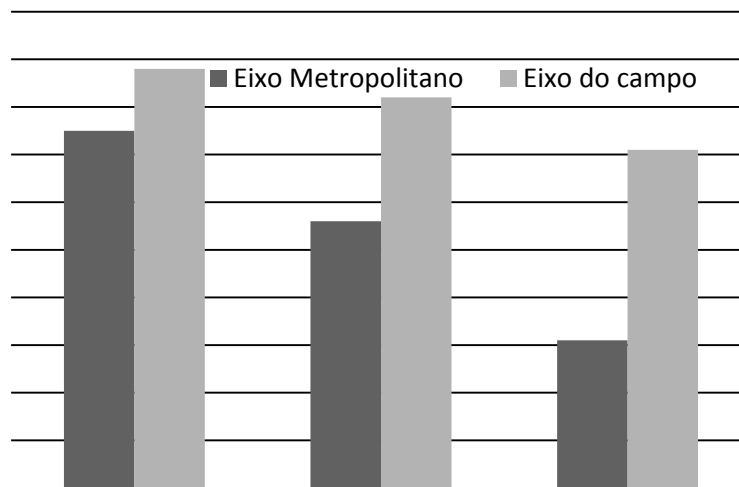
Outro dado proveniente de nossa pesquisa referiu-se às dificuldades de inserção da maioria dos jovens no processo produtivo nos assentamentos, seja por não terem autonomia sobre os lotes, seja por trazerem o novo – a agroecologia –, que tende a confrontar a forma de produzir utilizada pelos adultos, ou, ainda, pela sua não vinculação com esse trabalho no próprio lote ou assentamento. Considerando esses dados, apontamos a dificuldade em desenvolver a agroecologia durante o tempo comunidade pela maioria dos alunos:

Prática da agroecologia durante o tempo comunidade



Também, de maneira geral, nas entrevistas que realizamos com os alunos, seus depoimentos apontaram para um desinteresse pela agroecologia enquanto possibilidade de trabalho e contribuição nos assentamentos, bem como continuidade de seus estudos:

Agroecologia - afinidade, trabalho e estudo



A partir desses dados, destacamos dois pontos para reflexão e debate. Primeiro, para os assentamentos mais novos, conforme entrevista com representante do Setor de Formação/Educação do MST de Ribeirão Preto/SP, a agroecologia foi colocada como o novo modelo de produção em oposição ao modelo convencional, representado na atualidade pelo agronegócio, levando a um discurso radical sobre a questão ambiental. Se, por um lado, a decisão em destinar 35% da área dos assentamentos para reserva legal e recuperar as áreas de preservação permanente, constituindo Termos de Ajustamento da Conduta Ambiental e Social (TAC) junto ao Ministério Público e outras instituições governamentais, colocando os trabalhadores como “guardiões da natureza”, fortalecia a conquista das áreas para a reforma agrária e conquistava o apoio da sociedade, por outro lado, os trabalhadores não tinham nenhuma política que os assegurasse e, conseqüentemente, faltavam recursos para as ações de recuperação de áreas degradadas e preservação ambiental.

Esse mesmo dilema, além de ser colocado para a questão ambiental, também alcançou a produção agrícola. Os assentamentos mais novos tinham as hortaliças como principais produtos, contudo, ainda conforme depoimento de representante do Setor de Formação/Educação do MST de Ribeirão Preto/SP, sem condições de desenvolver a produção agroecológica, a tendência das famílias assentadas é se contrapor à agroecologia. É preciso considerar que esses assentamentos, sobretudo os da regional de

Ribeirão Preto, correspondiam aos mais precarizados, sem infra-estrutura, constituídos mais como contenção dos conflitos sociais do que como uma política de reforma agrária.

Vimos que os alunos dos assentamentos do eixo do campo, principalmente, foram os que mais assinalaram ter afinidade com a agroecologia, continuar os estudos nessa área, atuar na área das ciências agrárias e contribuir com os assentamentos. Certamente uma produção agrícola consolidada, lotes maiores para produção, vínculo com o trabalho agrícola, corresponderam às razões para esses depoimentos. Já, considerando os assentamentos do eixo metropolitano, mais novos, sem infraestrutura, mais precarizados, constituídos próximos aos grandes centros e para contenção dos conflitos sociais, é justificável, pelo menos em parte, o distanciamento dos alunos com relação à proposta do curso.

O segundo ponto que destacamos refere-se a essa convicção dos alunos de que a agroecologia é uma opção sustentável para os assentamentos, que nos parece mais uma apropriação do discurso do MST do que da própria realidade. Em nossa compreensão o que vinha da realidade era a dificuldade em organizar a produção de tal forma que ela pudesse garantir a produção da existência das famílias assentadas. Há uma contradição entre o discurso do movimento agroecológico e a realidade da pequena produção agrícola. A agroecologia tem sido justificada enquanto alternativa para o desenvolvimento do campo brasileiro a partir de algumas experiências e de alguns aspectos específicos, tais como, segurança alimentar, preservação ambiental, geração de trabalho e renda, entre outros. Aumentam quantitativamente programas, projetos e políticas elaborados para a agricultura familiar e de base agroecológica, bem como o número de instituições que atuam nessa perspectiva. No entanto, a condição do pequeno agricultor, de maneira geral, não tem se alterado (Germer 2007; 2002; 1994). A despeito das ONGs consideradas neste texto trabalharem com a agroecologia há mais de trinta anos, persistem as dificuldades de sobrevivência dos agricultores familiares que não conseguem viver apenas da agricultura e buscam alternativas de trabalho e renda complementares, combinando diversas formas de ocupação, assalariadas ou não, no campo ou na cidade. Da mesma forma a adesão do MST à agroecologia não cessou a crise

da organização da produção nos assentamentos, esta tem persistido por toda a primeira década do século XXI.

No Brasil, o debate sobre a direção do movimento agroecológico remonta às suas origens, quando ainda falava-se em tecnologias alternativas (Luzzi, 2007). O significado e o direcionamento da proposta das tecnologias alternativas e posteriormente da agroecologia tiveram perspectivas diferentes. Uns as entendiam como subordinadas a uma transformação social maior, no entanto, também capazes de se realizar na atualidade apontando para um novo modelo de desenvolvimento sob a liderança dos trabalhadores. Outros as entendiam como incapazes de transformar a sociedade por se tratarem apenas de tecnologias. Outros, ainda, as entendiam como solução para a permanência dos agricultores no campo, uma vez que propiciavam mudanças na forma de produzir, independente do objetivo de transformar ou não a sociedade. Por trás desse debate havia uma divergência entre os que tinham uma postura revolucionária ou socialista, outros que entendiam que a transformação viria sem necessariamente romper com o Estado, pelo contrário, influenciando-o, e outros que se limitavam às especificidades técnicas, compreendendo a solução pelo viés tecnológico.

A despeito desse debate, contudo, parece-nos que ao longo dessas décadas, a agroecologia, da mesma forma que a Revolução Verde ou o agronegócio, tem sido considerada à parte do capitalismo e, se por um lado, tem possibilitado algumas melhorias para os pequenos agricultores, por outro lado, não muda sua realidade de subordinação à economia capitalista e suas conseqüentes contradições. A perspectiva é de desenvolver a partir do local, pois este contém em si mesmo as soluções para os problemas enfrentados pelos agricultores, quase imunes às influências externas. Entretanto, a agroecologia torna-se uma abstração por não ser considerada no contexto em que é desenvolvida, sem que se busque compreender o movimento das relações sociais da qual faz parte. Dessa forma, identifica-se uma redução ou anulação da totalidade social, simultaneamente à valorização de aspectos particulares e imediatos (mistificação do camponês e do trabalho na terra, ênfase na cultura e saberes camponeses, luta e conquista de políticas públicas específicas para a produção agroecológica, educação do campo). Parece faltar um recorte de classe no movimento

agroecológico, que não confronta o projeto histórico capitalista, e sem essa confrontação, a formulação de políticas públicas, projetos e programas, as parcerias com Estado, organismos internacionais ou empresas privadas têm sido compreendidas como grandes conquistas do movimento agroecológico, não, apenas, como possíveis ganhos táticos.

Considerações finais

Mesmo após a conquista das áreas para reforma agrária as dificuldades persistem, dificuldades que perpassam pela qualidade inferior das áreas destinadas à reforma agrária, na sua maioria, ou insuficientes, pelo menos na perspectiva de produção a partir de lotes individuais, também há limitação de recursos para investir na produção e muitas vezes conhecimento técnico insuficiente. Soma-se a essa realidade a morosidade na implantação dos projetos de assentamento pelos órgãos públicos competentes, evidenciando que a política de reforma agrária continua sendo uma política parcial de assistência social, em vez de ser a concreta possibilidade de “redistribuição da riqueza no meio rural”, conforme Germer (2007, p. 53). A ida para o assentamento e o trabalho nele não têm sido suficientes para garantir a existência desses sujeitos. A desapropriação de áreas para reforma agrária tem sido apenas o primeiro passo para um projeto de desenvolvimento para o campo a partir da constituição de assentamentos de reforma agrária, e insuficiente para sua concretização (DELGADO, 2007).

Os processos educacionais propostos pelo MST inserem-se nessa realidade. Em relação ao curso pesquisado, não desconsideramos as dificuldades enfrentadas para sua realização, tanto no tempo comunidade quanto no tempo escola, especificamente em relação ao trabalho com agroecologia. Reconhecemos também que existem outros limites para que o MST, de maneira geral, realize suas propostas educacionais plenamente, limites que vão desde as condições de infraestrutura física quanto pedagógica, da formação e disponibilidade de educadores, da limitação dos recursos financeiros, entre outros.

Na busca por soluções aos problemas da produção agrícola nos assentamentos e, portanto, da própria existência dos assentados, a agroecologia foi incorporada pelo MST não a partir da experiência dos assentados ou de um trabalho da base, mas a partir do entendimento das lideranças de que, diante da problemática da produção nos assentamentos, era preciso buscar uma solução. Nesse sentido, verificamos a fragilidade da formação em agroecologia no curso que pesquisamos em função de não corresponder à realidade dos assentamentos em que residiam os alunos, dificultando o aprendizado dos jovens, bem como a atuação deles na perspectiva de um processo educativo com base na relação entre trabalho e educação.

Os cursos de formação em agroecologia deveriam constituir-se a partir da relação entre os sujeitos, os assentamentos e o espaço – território e relações sociais. Primeiro, porque esses sujeitos já não produzem suas vidas apenas do trabalho agrícola, acumulam trabalho ou dividem-se entre os membros da família que exercem o trabalho agrícola e os que buscam alternativas de renda. Também o MST tem constituído assentamentos em diferentes contextos, como aqueles que pesquisamos, divididos em eixo metropolitano e eixo do campo, e que colocam condições de vida e trabalho distintas para esses sujeitos. Por último, a base do MST não se constitui de sujeitos provenientes apenas do campo, mas daqueles que, migrando em busca de trabalho, residiram e trabalharam no campo e na cidade.

Considerando que os processos educativos devem ter vínculo com a realidade e também apontar para o futuro, concluímos que a formação em agroecologia, objetivando contribuir para o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos, deve considerar dois aspectos. Primeiro, que esteja inserida numa proposta formativa que avance para a relação entre trabalho e educação, o que pressupõe condições materiais concretas nos assentamentos e disposição dos assentados e lideranças em envolverem-se nesse processo educativo. Ressalvamos a necessidade de debater a agroecologia criticamente, a fim de não gerar equívocos como os que a compreendem como um modo de produção.

Segundo, a agroecologia pode corresponder a um ensaio para o novo, inserida numa estratégia maior para o avanço da classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir

para a transformação da realidade. Harvey (2000) reconhece que a forma social capitalista, em sua história, mesmo diante das crises e contradições, tem sido capaz de inovar a fim de realizar seu objetivo, e nos desafia a “dar livre curso à imaginação” (p. 268) para concebermos alternativas ao capitalismo. O autor não faz esta proposta sem considerar o dilema de “pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas” e o fato de termos de “continuar de alguma maneira a viver neste mundo” (p. 305). Da mesma forma, mesmo que não estejamos livres das contradições das condições históricas dadas, nos convida a criar outros espaços, mesmo que no presente se configurem apenas como *espaços de esperança*. Mészáros (2005), contudo, nos alerta para o fato de que as ações imediatas devem fazer parte de uma “estratégia global orientada pelo futuro que se vislumbra” (p. 77).

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CANAVESI, F. C. *Tecnologias para quê e para quem? Um estudo da relação entre tecnologia agrícola e poder em assentamentos rurais no norte do Espírito Santo*. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CORREA, Ciro. *MST en marcha hacia la agroecología: una aproximación a la construcción histórica de la agroecología en el MST*. 2007. Tesis UNIAAM/UCO. Baeza/Córdoba. 2007.

DALMAGRO, S. L. *A escola no contexto das lutas no MST*. 2010. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DELGADO, G. C. Uma proposta para desenvolvimento dos assentamentos. *ABRA*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 57-62, jul/dez. 2007.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: Luciana Jaccoud (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GERMER, C. M. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. ABRA, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 41-55, jul/dez. 2007.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. ABRA, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 47-62, jan/abril. 2002.

GERMER, C. M. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HECHT, S. B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MST. *Lutas e conquistas*. 2 ed. São Paulo: MST. 2010.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.